

18 de agosto de 2025

<http://justnews.pt/noticias/um-guia-da-saude-para-as-eleicoes-autarquicas>



Um guia da Saúde para as Eleições Autárquicas

André Biscaia

Médico de família. Presidente da Direção da Associação Nacional de Unidades de Saúde Familiar (USF-AN)

1. Saúde como um bem comum

Desde os anos 1970, Portugal tem trilhado o caminho de construção de um sistema universal de saúde, assente no acesso equitativo, atempado e de qualidade. Tem-se conseguido, apesar de Portugal ser um país pobre dentro da União Europeia, uma situação social, em várias áreas e não apenas na Saúde, pelo menos equivalente à média europeia. É o que se pode concluir, não de perceções, mas de dados estatísticos do último [Perfil de Saúde do País 2023 da OCDE](#), como a taxa de desemprego ou a taxa de pobreza relativa, uma ferramenta importante para avaliar o impacto de políticas sociais e económicas na vida das pessoas.

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) tem sido um instrumento essencial nestas políticas públicas, com ganhos visíveis, sobretudo através do reforço dos Cuidados de Saúde Primários (CSP). A Reforma de 2005, com, entre outras, a criação das Unidades de Saúde Familiar (USF), foi um marco de viragem. A qualidade dos cuidados aumentou significativamente e mantém-se elevada até hoje, conforme demonstram os dados da [OCDE](#). A satisfação da população acompanhou esta melhoria e marca bem a diferença [do antes e do depois](#) da Reforma dos CSP de 2005, com a criação das Unidades de Saúde Familiar (USF).

No entanto, persistem desafios (de que os aumentos recentes, ainda que ligeiros, da mortalidade materna e da mortalidade infantil ou a falta de equipas de saúde familiar para toda a população são exemplos) que exigem uma ação coordenada, nomeadamente entre o poder central e o poder local.

2. Melhorar as condições de trabalho no SNS

É urgente melhorar as condições de exercício profissional, promovendo a atratividade e a fixação de profissionais:

- Redução do número de utentes por médico e enfermeiro e secretário clínico nos cuidados de saúde primários;
- Digitalização inteligente e interoperável;
- Desburocratização de processos clínicos e administrativos;
- Apoio técnico e logístico à atividade clínica;
- Horários flexíveis e adaptáveis às realidades locais;
- Incentivos remuneratórios ajustados ao custo de vida de cada região;
- Reconhecimento formal e remuneração adequada das várias funções de coordenação e chefia;
- Acesso prioritário a habitação, creches e transportes para profissionais de saúde.



André Biscaia e Gonçalo Melo

3. Papel do poder local: saúde em todos os setores

A autarquia é um agente de saúde pública. Cerca de 80% dos determinantes da saúde estão fora do setor da saúde. Interessam, por isso e em grande medida, ao poder local.

O que pode caber ao poder local, numa [visão integrada da Saúde](#):

A. Promover estilos de vida saudáveis

- Criação de equipas de preparadores físicos comunitários, integradas com as unidades de saúde;
- Construção e requalificação de infraestruturas acessíveis para exercício físico;
- Criação de "passeios da saúde" com sinalética e medição de distâncias;

B. Aumentar a literacia em saúde

- Campanhas regulares para ensinar a decodificação de rótulos, receitas saudáveis e vídeos curtos de literacia;
- Plataformas municipais de [prescrição social](#) digital, integradas com os centros de saúde;
- Implementação de "embaixadores de saúde" locais (voluntários com formação básica em saúde comunitária para a promoção da literacia em saúde);

C. Ajudar a navegar o sistema de saúde

- Promoção da figura de agentes comunitários de saúde, com função de mediação digital, apoio à marcação de consultas, transporte e adesão terapêutica (que podem, simultaneamente, ter outras funções e coordenar ações com outros setores, da educação, da segurança social, da segurança);
- Instalação de postos municipais de apoio digital em saúde, com acesso à área do cidadão SNS e MySNS.

D. Apoiar a continuidade de cuidados

- Apoio direto à gestão de doentes complexos através da criação de equipas municipais de gestores de caso (que poderiam, entre outros, gerir a má utilização dos serviços de urgência);
- Criação de bolsas de cuidadores formais e informais, com incentivo à formação e valorização social;
- Programas de telemonitorização para idosos isolados, articulados com as equipas de saúde familiar.

4. Suplementar e não competir com o SNS

O poder local deve suplementar, e não substituir ou competir com o SNS.

A série “Publicação Ocasional” de maio de 2025 do [Conselho das Finanças Públicas](#) -- “O Sistema de Saúde Português em Perspetiva Internacional: Análise Comparativa”-- traz mais uma série de dados abonatórios do desempenho do SNS, mas também aponta uma série de problemas que são reais.

É possível abordar estes problemas com ações locais:

A. Na saúde mental:

- psicólogos municipais;
- grupos comunitários de apoio (por exemplo, nas áreas da ansiedade, da parentalidade, do luto);
- parcerias com escolas e IPSS para prevenção em saúde mental.

B. Na saúde oral:

- consultórios municipais de dentista com acordo com o SNS;
- programa de higiene oral nas escolas e lares.

C. Na saúde da visão:

- consultas de optometria gratuitas;
- rastreios anuais.

D. Na reabilitação e funcionalidade:

- apoio a gabinetes de fisioterapia convencionados e constituição de gabinetes de fisioterapia comunitários com horários pós-laborais;
- protocolos com ginásios locais e associações desportivas.

E. Nos meios complementares de diagnóstico:

- apoio à instalação de unidades com contratos que não discriminem utentes com requisições do SNS.

5. Apoiar quem trabalha no SNS

As autarquias podem e devem garantir condições que fixem os profissionais no território:

- Complementos remuneratórios locais para profissionais do SNS (subsídios de risco, produtividade ou

deslocação);

- Acesso a habitação condigna e a preços acessíveis;
- Protocolos com creches e escolas para acesso prioritário;
- Apoio logístico (água, luz, gás) no caso de mobilidade profissional forçada;
- Criação de um Gabinete de Apoio ao Profissional de Saúde, com ajuda na integração local e familiar.

6. Pontes para o futuro

O SNS é imprescindível para a sociedade portuguesa e têm de se reforçar as pontes entre níveis de governação, profissionais de saúde e cidadãos.

Para isso, propõe-se:

- Criação de Conselhos Municipais de Saúde com representação do SNS, autarquia, associações de utentes e sociedade civil;
- Promoção de orçamentos participativos em saúde;
- Fomento à criação de Unidades Locais de Saúde participadas (ULS com modelo de gestão partilhado com o poder local e participação dos profissionais de saúde, constituídos em comissões de trabalhadores com maior protagonismo na gestão);
- Financiamento de projetos-piloto de inovação comunitária em saúde;
- Criação de um “selo municipal amigo da saúde pública” para distinguir boas práticas na área da saúde.

7. Conclusão: uma visão glocal para a saúde

A saúde começa na habitação, nos transportes, no acesso à cultura, no urbanismo e no emprego. O Poder Local é, por isso, central na saúde pública. As eleições autárquicas de 2025 são uma oportunidade para defender uma visão local -- pensamento e ações locais com base nas boas práticas universais e numa estratégia nacional de fortalecimento do SNS.